

Alerj vai cobrar explicação de Josias

As decisões de manter no cargo o subsecretário de Planejamento Operacional, coronel Lenine de Freitas, e de demitir o assessor da Ouvidoria de Polícia Valmir Alves Brum, coronel da reserva, vão levar o secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, a passar por sabatina na Assembléia Legislativa (Alerj). Ele será chamado pela Comissão Especial contra a Impunidade para prestar esclarecimentos sobre o encaminhamento dado à denúncia, recebida pela Ouvidoria de Polícia, sobre o suposto envolvimento de Lenine com o narcotraficante Celso Luiz Rodrigues, o *Celsinho da Vila Vintém*.

“Essa denúncia pode ser a origem da maior crise dos últimos tempos na Segurança Pública do Rio. Quero saber se será pedida a quebra do sigilo bancário e telefônico de Lenine. Ao demitir um assessor da Ouvidoria, o secretário feriu frontalmente a independência do órgão, princípio previsto em lei”, disse ontem o presidente da comissão, deputado estadual Carlos Minc (PT). Autor da lei 3168/99, que resultou na criação da Ouvidoria de Polícia, o parlamentar estranhou a medida contra a Ouvidoria. Tecnicamente, no entanto, Quintal tem autonomia para demitir funcionários da Ouvidoria, que depende de verbas da

Secretaria para funcionar.

Ouvidor de Polícia, o defensor público Mário Lúcio de Andrade Neves disse ontem que sequer foi comunicado oficialmente sobre a decisão de Quintal de demitir o coronel Brum. “Mesmo que não fosse demitido, meu assessor disse que não fica mais no cargo. Eu que o mandei ao Centro de Triagem e Recepção (CTR) de adolescentes infratores para ouvir o relato da testemunha, a pedido dos defensores públicos”, contou Mário Lúcio, que revelou estar pensando em também abandonar o cargo.

O coronel Brum, que havia sido indicado para ocupar a vaga na

Ouvidoria pela cúpula da Segurança Pública, disse ontem que processará a instituição por danos morais. Brum negou que a imprensa tenha sabido antes de Quintal sobre a denúncia contra Lenine. “É com profundo desapontamento que constato que trabalhar com profissionalismo, moralidade e ética fica cada vez mais difícil na área de segurança, onde os valores morais são invertidos para justificar a atitude e o comportamento de autoridades do alto escalão da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, penalizando aqueles que lutam em defesa dos direitos da sociedade”, afirmou, em nota oficial.